

16. Creio na ressurreição da carne e na vida eterna

Esta verdade afirma a plenitude de imortalidade à qual o homem está destinado; constitui, portanto, uma lembrança da dignidade da pessoa, especialmente do seu corpo.

16/01/2015

No final do Símbolo dos Apóstolos a Igreja proclama: "Creio na

ressurreição da carne e na vida eterna". Nesta fórmula, estão contados de uma forma breve os elementos fundamentais da esperança escatológica da Igreja.

1. A ressurreição da carne

A Igreja proclamou, em muitas ocasiões, a sua fé na ressurreição de todos os mortos no final dos tempos. Trata-se, de certo modo, da 'extensão' da Ressurreição de Jesus Cristo, "o primogênito entre uma multidão de irmãos" (*Rm* 8,29) a todos os homens, vivos e mortos, justos e pecadores, que terá lugar quando Ele vier no final dos tempos. Com a morte, a alma separa-se do corpo; com a ressurreição, corpo e alma unem-se de novo entre si, para sempre (cf. *Catecismo*, 997). O dogma da ressurreição dos mortos, ao mesmo tempo em que fala da plenitude da imortalidade à qual o homem está destinado, é uma viva lembrança da

sua dignidade, especialmente na sua vertente corporal. Fala da bondade do mundo, do corpo, do valor da história vivida dia a dia, da vocação eterna da matéria. Por isso, contra os gnósticos do século II, falou-se da ressurreição *da carne*, ou seja, da vida do homem no seu aspecto mais material, temporal, mutável e, aparentemente, caduco.

São Tomás de Aquino considera que a doutrina sobre a ressurreição é natural em relação à causa final (porque a alma está feita para estar unida ao corpo e vice-versa), mas é sobrenatural em relação à causa eficiente (que é Deus)[1].

O corpo ressuscitado será real e material, mas não terreno nem mortal. São Paulo opõe-se à ideia de uma ressurreição como transformação que se leva a cabo dentro da história humana e fala do corpo ressuscitado como 'glorioso'

(cf. *Fl* 3,21) e 'espiritual' (cf. *1 Cor* 15,44). A ressurreição do homem, como a de Cristo, terá lugar, para todos, depois da morte.

A Igreja não promete aos homens, em nome da fé cristã, uma vida de sucesso assegurado nesta terra. Não haverá, assim, uma *utopia*, pois a nossa vida terrena estará sempre marcada pela Cruz. Ao mesmo tempo, pela recepção do Batismo e da Eucaristia, o processo da ressurreição já começou de algum modo (cf. *Catecismo*, 1000). Segundo São Tomás, na ressurreição, a alma informará o corpo tão profundamente, que nele ficarão refletidas as suas qualidades morais e espirituais[2]. Neste sentido, a ressurreição final, que terá lugar com a vinda de Jesus Cristo na glória, tornará possível o juízo definitivo de vivos e defuntos.

Com respeito à doutrina da ressurreição, podem ser acrescentadas quatro reflexões:

– a doutrina da ressurreição final exclui as teorias da *reencarnação*, segundo as quais a alma humana, depois da morte, emigra para outro corpo, repetidas vezes se for preciso, até ficar definitivamente purificada. A esse respeito, o Concílio Vaticano II falou do "único curso da nossa vida"[3], pois "está determinado que os homens morram uma só vez" (*Heb* 9,27);

– manifestação clara da fé da Igreja na ressurreição do próprio corpo é a veneração das relíquias dos Santos;

– embora a cremação do cadáver humano não seja ilícita, a não ser que tenha sido escolhida por motivos contrários à doutrina cristã (*CIC*, 1176), a Igreja aconselha vivamente a conservar o piedoso costume de sepultar os cadáveres. Com efeito, "os

corpos dos defuntos devem ser tratados com respeito e caridade, na fé e na esperança da ressurreição. O enterro dos mortos é uma obra de misericórdia corporal, que honra os filhos de Deus, templos do Espírito Santo" (*Catecismo*, 2300);

– a ressurreição dos mortos coincide com o que a Sagrada Escritura chama de a chegada dos "novos céus e da nova terra" (*Catecismo*, 1043; 2 P 3,13; Ap 21,1). Não só o homem chegará à glória, mas todo o cosmos, no qual o homem vive e atua, será transformado. "A Igreja, à qual todos foram chamados em Cristo Jesus e na qual, por graça de Deus, alcançamos a santidade", lemos na *Lumen Gentium* (n. 48), não será levada à sua plena perfeição senão 'quando vier o tempo da restauração de todas as coisas (cf. At 3,21)' e, quando, juntamente com o gênero humano, também o universo inteiro, que está intimamente ligado ao homem e por

ele atinge o seu fim, será perfeitamente restaurado em Cristo". Haverá continuidade certamente entre este mundo e o mundo novo, mas também uma importante descontinuidade. A espera da instauração definitiva do Reino de Cristo não deve debilitar mas avivar, com a virtude teologal da esperança, o empenho de procurar o progresso terreno (cf. *Catecismo*, 1049).

2. O sentido cristão da morte

O enigma da morte do homem compreende-se somente à luz da ressurreição de Cristo. Com efeito, a morte, a perda da vida humana, apresenta-se como o maior mal na ordem natural, precisamente porque é algo definitivo, que só será vencido definitivamente quando Deus ressuscitar os homens em Cristo.

Por um lado, *amorte é natural* no sentido em que a alma pode separar-se do corpo. Por este ponto de vista, a

morte marca o final da peregrinação terrena. Depois da morte, o homem não pode merecer ou desmerecer mais. "Com a morte, a opção de vida feita pela pessoa humana torna-se definitiva"[4]. Já não terá a possibilidade de se arrepender. Logo depois da morte irá para o Céu, para o Inferno ou para o Purgatório. Para que isto se verifique, existe o que a Igreja chamou de *juízo particular* (cf. *Catecismo*, 1021-1022). O fato de a morte constituir o limite do período de prova serve ao homem para orientar bem a sua vida, para aproveitar o tempo e outros talentos, para atuar retamente, para se dedicar ao serviço dos outros.

Por outro lado, a Escritura ensina que a morte entrou no mundo por causa do *pecado original* (cf. *Gn* 3,17-19; *Sb* 1,13-14; 2,23-24; *Rm* 5,12; 6,23; *Tg* 1,15; *Catecismo*, 1007). Neste sentido, deve ser considerada como castigo pelo pecado; o homem, que

queria viver à margem de Deus, deve aceitar o dissabor da ruptura com a sociedade e consigo mesmo como fruto do seu afastamento. No entanto, Cristo "assumiu a morte num ato de submissão total e livre à Vontade de seu Pai" (*Catecismo*, 1009). Com a sua obediência, venceu a morte e ganhou a ressurreição para a humanidade. Para quem vive em Cristo pelo Batismo, a morte continua a ser dolorosa e repugnante, mas já não é uma lembrança viva do pecado, mas uma oportunidade preciosa de poder corredimir com Cristo, mediante a mortificação e a entrega aos outros. "Se morremos com Cristo, com Ele viveremos" (2 *Tm* 2,11). Por este motivo, "graças a Cristo, a morte cristã tem um sentido positivo" (*Catecismo*, 1010).

3. A vida eterna em comunhão íntima com Deus

Ao criar e redimir o homem, Deus destinou-o à eterna comunhão com Ele, ao que São João chama a 'vida eterna', ou o que se costuma chamar de o 'Céu'. Assim, Jesus comunica a promessa do Pai aos seus: "Muito bem, servo bom e fiel; já que foste fiel no pouco, eu te confiarei muito. Vem regozijar-te com teu senhor" (*Mt* 25,21). A vida eterna não é como "uma sucessão contínua de dias do calendário, mas algo parecido com o instante repleto de satisfação, onde a totalidade nos abraça e nós abraçamos a totalidade. Seria o momento de mergulhar no oceano do amor infinito, no qual o tempo – o antes e o depois – já não existe. Podemos somente procurar pensar que este momento é a vida em sentido pleno, um incessante mergulhar na vastidão do ser, ao mesmo tempo em que ficamos simplesmente inundados pela alegria"[5].

A vida eterna é que dá sentido à vida humana, ao empenho ético, à entrega generosa, ao serviço abnegado, ao esforço por comunicar a doutrina e o amor de Cristo a todas as almas. A esperança cristã no céu não é individualista, mas refere-se a todos[6]. Com base nesta promessa, o cristão pode estar firmemente convencido de que 'vale a pena' viver a vida cristã em sua plenitude. "O céu é o fim último e a realização das aspirações mais profundas do homem, o estado de felicidade suprema e definitiva" (*Catecismo*, 1024); assim o exprimiu Santo Agostinho nas *Confissões*: "Fizestes-nos, Senhor, para ti, e o nosso coração está inquieto até descansar em ti"[7]. A vida eterna, com efeito, é o objeto principal da esperança cristã.

"Os que morrem na graça e na amizade de Deus e estão perfeitamente purificados, viverão

para sempre com Cristo. Serão para sempre semelhantes a Deus, porque O verão 'como Ele é' (1 Jo 3,2), 'face a face' (1 Cor 13,12)" (*Catecismo*, 1023). A teologia denominou este estado de 'visão beatífica'. "Em razão da sua transcendência, Deus só pode ser visto tal como é quando Ele mesmo abrir seu Mistério à contemplação direta do homem e o capacitar para tanto" (*Catecismo*, 1028). O Céu é a expressão máxima da graça divina.

Por outro lado, o céu não consiste numa pura, abstrata e imóvel contemplação da Trindade. Em Deus o homem poderá contemplar todas as coisas que, de algum modo, fazem referência à sua vida, gozando delas e, em especial, poderá amar às pessoas que amou no mundo com um amor puro e perpétuo. "Não o esqueçais nunca: depois da morte há de receber-vos o Amor. E no amor de Deus encontrareis, além do mais, todos os amores limpos que tendes

tido na terra"[8]. O gozo do céu chega à sua plena culminância com a ressurreição dos mortos. Segundo Santo Agostinho, a vida eterna consiste num descanso eterno e numa deliciosa e suprema atividade[9].

Que o Céu dure eternamente não significa que nele o homem deixe de ser livre. No céu, o homem não peca, não pode pecar, porque, vendo Deus face a face, vendo-O, além do mais, como fonte viva de toda a bondade criada, na realidade não *quer* pecar. Livre e filialmente, o homem salvo ficará em comunhão com Deus para sempre. Com isso, sua liberdade alcançou a sua plena realização.

A vida eterna é o fruto definitivo da doação divina ao homem. Por isso, tem algo de infinito. No entanto, a graça divina não elimina a natureza humana, nem em seu ser, nem em suas faculdades, nem sua

personalidade, nem o que tenha merecido durante a vida. Por isso, há distinção e diversidade entre aqueles que gozam da visão de Deus, não quanto ao objeto, que é o próprio Deus, contemplado sem intermediários, mas quanto à qualidade do sujeito: "quem tem mais caridade participa mais da luz da glória e verá mais perfeitamente a Deus e será feliz"[10].

4. O inferno como recusa definitiva de Deus

A Sagrada Escritura afirma, repetidas vezes, que os homens que não se arrependem dos seus pecados graves perderão o prêmio eterno da comunhão com Deus, sofrendo, pelo contrário, a desgraça perpétua.

"Morrer em pecado mortal, sem arrependimento e sem dar acolhimento ao amor misericordioso de Deus, significa permanecer separado d'Ele para sempre, por

nossa própria e livre escolha. É este estado de auto-exclusão definitiva da comunhão com Deus e com os bem-aventurados que se designa pela palavra 'Inferno'" (*Catecismo*, 1033). Não é que Deus predestine alguém à condenação perpétua; é o homem que, procurando o seu fim último à margem de Deus e da sua vontade, constrói para si um mundo isolado onde não pode penetrar a luz e o amor de Deus. O inferno é um mistério, o mistério do Amor recusado, é sinal do poder destruidor da liberdade humana quando se afasta de Deus[11].

Relativamente ao inferno, é tradição distinguir entre 'pena de dano', a mais fundamental e dolorosa, que consiste na separação perpétua de Deus, sempre desejado ardentemente pelo coração humano, e 'pena dos sentidos', a que se alude frequentemente nos evangelhos com a imagem do fogo eterno.

A doutrina sobre o inferno no Novo Testamento apresenta-se como um chamado à responsabilidade no uso dos dons e talentos recebidos e à conversão. A sua existência faz com que o homem vislumbre a gravidade do pecado mortal e a necessidade de evitá-lo por todos os meios, principalmente, como é lógico, mediante a oração confiante e humilde. A possibilidade da condenação recorda aos cristãos a necessidade de viver uma vida inteiramente apostólica.

Sem dúvida, a existência do inferno é um mistério: o mistério da justiça de Deus para com aqueles que se fecham ao Seu perdão misericordioso. Alguns autores pensaram na possibilidade da aniquilação do pecador impenitente quando morre. Esta teoria é difícil de conciliar com o fato de que Deus deu, por amor, a existência – espiritual e imortal – a cada homem[12].

5. A purificação necessária para o encontro com Deus

"Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não estão completamente purificados, embora tenham garantida sua salvação eterna, passam, após sua morte, por uma purificação, a fim de obter a santidade necessária para entrar na alegria do Céu" (*Catecismo*, 1030).
Pode-se pensar que muitos homens, mesmo que não tenham vivido uma vida santa na terra, não se mantiveram definitivamente no pecado. A possibilidade de serem limpos das impurezas e imperfeições da vida, mais ou menos malograda, depois da morte apresenta-se, então, como uma nova bondade de Deus, como uma oportunidade para se preparar para entrar na comunhão íntima com a santidade de Deus. "O purgatório é uma misericórdia de Deus, para limpar os defeitos

daqueles que desejam identificar-se com Ele"[13].

O Antigo Testamento fala da purificação ultra-terrena (cf. *2 Mc* 12,40-45). São Paulo na primeira Carta aos Coríntios (*1 Cor* 3,10-15), apresenta a purificação cristã, nesta vida e na futura, através da imagem do fogo; fogo que, de algum modo, emana de Jesus Cristo, Salvador, Juiz e Fundamento da vida cristã[14]. Embora a doutrina do Purgatório não tenha sido definida formalmente até a Idade Média[15], a antiquíssima e unânime prática de oferecer sufrágios pelos defuntos, especialmente mediante o santo sacrifício eucarístico, é indício claro da fé da Igreja na purificação ultra-terrena. Com efeito, não teria sentido rezar pelos defuntos se estivessem ou já salvos no céu ou então condenados no inferno. Os protestantes, na sua maioria, negam a existência do purgatório, já que lhes parece uma

confiança excessiva nas obras humanas e na capacidade da Igreja de interceder por aqueles que deixaram este mundo.

Mais do que um *lugar*, o purgatório deve ser considerado como um *estado* de temporário e doloroso afastamento de Deus, no qual se perdoam os pecados veniais, se purifica a inclinação para o mal, que o pecado deixa na alma, e se supera a 'pena temporal' devida ao pecado. O pecado não só ofende a Deus, e causa dano ao próprio pecador como também, através da Comunhão dos Santos, causa dano à Igreja, ao mundo, à humanidade. A oração da Igreja pelos defuntos restabelece, de algum modo, a ordem e a justiça: principalmente por meio da Santa Missa, das esmolas, das indulgências e das obras de penitência (cf. *Catecismo*, 1032).

Os teólogos ensinam que no purgatório se sofre muito, de acordo com a situação de cada um. No entanto, trata-se de uma dor com significado, "uma dor bem-aventurada"[16]. Por isso, convidam-se os cristãos a procurar a purificação dos pecados na vida presente mediante a contrição, a mortificação, a reparação e a vida santa.

6. As crianças que morrem sem o Batismo

A Igreja confia à misericórdia de Deus as crianças que morreram sem terem recebido o Batismo. Há motivos para pensar que Deus, de algum modo, as acolhe, quer pelo grande carinho que Jesus manifestou pelas crianças (cf. *Mc* 10,14), quer porque enviou o seu Filho com o desejo de que todos os homens se salvem (cf. *1 Tm* 2,4). Ao mesmo tempo, o fato de confiar na

misericórdia divina não é motivo para adiar a administração do Sacramento do Batismo às crianças recém-nascidas (cf. *CIC* 867), que confere uma particular configuração com Cristo: "significa e realiza a morte ao pecado e a entrada na vida da Santíssima Trindade por meio da configuração ao mistério pascal de Cristo" (*Catecismo*, 1239).

Paul O'Callaghan

Bibliografia básica:

- *Catecismo da Igreja Católica*, 988-1050.

Leituras recomendadas:

João Paulo II, *Catequese sobre o Credo IV* (audiências de 25-05-1999 a 4-08-1999).

Bento XVI, Enc. *Spe Salvi*, 30-11-2007.

São Josemaria, Homilia «A esperança cristã», em *Amigos de Deus*, 205-221.

[1] Cf. São Tomás, *Summa Contra Gentiles*, IV, 81.

[2] Cf. São Tomás, *Summa Theologiae*, III. Suppl., qq. 78-86.

[3] Concílio Vaticano II, Const. *Lumen Gentium*, 48.

[4] Bento XVI, Enc. *Spe Salvi*, 30-11-2007, 45.

[5] *Ibidem*, 12.

[6] Cf. *Ibidem*, 13-15, 28, 48.

[7] Santo Agostinho, *Confissões*, 1, 1, 1.

[8] São Josemaria, *Amigos de Deus*, 221.

[9] Cf. Santo Agostinho, *Epistulae*, 55, 9.

[10] São Tomás, *Summa Theologiae*, I, q. 12, a. 6, c.

[11] "Com a morte, a opção de vida feita pelo homem torna-se definitiva; esta sua vida está diante do Juiz. A sua opção, que tomou forma ao longo de toda a sua vida, pode ter caracteres diversos. Pode haver pessoas que destruíram totalmente em si próprias o desejo da verdade e a disponibilidade para o amor; pessoas nas quais tudo se tornou mentira; pessoas que viveram para o ódio e espezinharam o amor em si mesmas. Trata-se de uma perspectiva terrível, mas algumas figuras da nossa mesma história deixam entrever, de forma assustadora, perfis deste gênero. Em tais indivíduos, não haveria nada de

remediável e a destruição do bem seria irrevogável: é isto que se indica com a palavra *inferno*" (Bento XVI, Enc. *Spe Salvi*, 45).

[12] Cf. *Ibidem*, 47.

[13] São Josemaria, *Sulco*, 889.

[14] Com efeito, Bento XVI na *Spe Salvi* diz que "alguns teólogos recentes são de parecer que o fogo que simultaneamente queima e salva é o próprio Cristo, o Juiz e Salvador" (Bento XVI, Enc. *Spe Salvi*, 47).

[15] Cf. *DS* 856, 1304.

[16] Bento XVI, Enc. *Spe Salvi*, 47.

.....